

SABEDORIA INDÍGENA AMAZÔNICA: MOLDANDO SOLUÇÕES CLIMÁTICAS NO BRASIL

TAÍS BELTRAME DOS SANTOS¹; EDUARDO ROCHA²;
ADRIANA ARAUJO PORTELLA³.

¹Pós Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – tais.beltrame@gmail.com

²Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas – amigodudu@gmail.com

³Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas – adrianaportella@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O Brasil abriga mais de 60,3% da Floresta Amazônica e conta com 385 grupos indígenas que utilizam seus conhecimentos ancestrais para enfrentar as mudanças climáticas (HOORN, 2023). Apesar disso, a legislação climática brasileira (BRASIL, 2009a; 2009b; 2008) ainda não reconhece plenamente a importância dos saberes indígenas na formulação de políticas ambientais. O *Relatório Resumido sobre Mudanças Climáticas 2023* também não menciona a inclusão dessas comunidades no planejamento climático, e o INESC revelou que recursos do Programa Floresta + Carbono, originalmente destinados a povos indígenas, foram repassados a proprietários privados (INESC, 2020).

Em escala global, o reconhecimento do conhecimento indígena nas políticas de mitigação e adaptação climática permanece limitado. A integração desse saber com a ciência ocidental enfrenta desafios, devido às diferenças nos sistemas de conhecimento e perspectivas. Pesquisas climáticas são, em sua maioria, definidas por pesquisadores externos, sem levar em conta as crenças das comunidades indígenas (PARSONS; FISHER; NALAU, 2016). No entanto, iniciativas como o Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas (COP-14) e a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas da ONU têm avançado na busca por justiça climática.

Recentemente, o Brasil deu passos importantes nesse sentido, promovendo o "I Encontro Internacional sobre Ciência Indígena e Justiça Climática" em março de 2024. Além disso, um acordo entre Brasil e França planeja investir 1 bilhão de euros em projetos de economia sustentável na Amazônia, e o país sediará a COP 30 da UNFCCC em 2025, em Belém. Essas ações marcam um avanço no reconhecimento da contribuição indígena para a governança climática. Entretanto, ainda há muito para ser feito.

A pesquisa tem o objetivo geral de co-projetar ações e políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas sustentadas pelas ontologias, valores e conhecimento das comunidades Indígenas da Amazônia - Acre como resposta aos desafios ambientais no Brasil. A metodologia de pesquisa é co-desenhada, coproduzida e orientada por quatro etnias Indígenas amazônicas (Yawanawa, Noke Koi Katukina, Shanenawa, Huni Kuin) em sete comunidades (Aldeia Amparo Yawanawa; Clã Varinawa Vari Peo Noke Koi; Morada Nova Shanenawa; Ni Yuxibu Huni Kuin; São Joaquim Huni Kuin; Arco Íris Huni Kuin). As comunidades

Indígenas lideram este processo inclusivo. Duas bolsistas da pesquisa são Indígenas e a co-criação de todo o processo envolve também pesquisadores e profissionais de diversas áreas: antropologia, psicologia, arquitetura e urbanismo, turismo, história, geografia. Vale ressaltar que o projeto possui 18 meses de duração (julho/2024 - dez/2025).

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada no projeto é baseada na *Pesquisa Centrada no Indígena*, que busca integrar as comunidades indígenas como protagonistas na formulação das metodologias de pesquisa. Esse enfoque coloca em primeiro plano as tradições, ontologias e conhecimentos ambientais das etnias Yawanawa, Noke Koi Katukina, Shanenawa e Huni Kuin, com as quais o trabalho de campo será realizado em sete comunidades no estado do Acre. As atividades incluem imersão cultural e mapeamento colaborativo, criando uma dinâmica de coprodução de conhecimento que respeita as especificidades de cada comunidade e suas visões de mundo.

A metodologia está estruturada em quatro Pacotes de Trabalho (PTs), cada um com objetivos específicos, mas interligados, garantindo que as vozes indígenas sejam ouvidas em todas as etapas da pesquisa e na formulação de políticas climáticas. O primeiro pacote (PT1) foca na identificação das respostas institucionais e na análise das barreiras que impedem a inclusão do saber Indígena nas políticas climáticas e prevê análise das políticas públicas e entrevistas em Brasília com políticos, servidores públicos de órgãos como o INPE, a FUNAI, o IBAMA, indigenistas, Indígenas entre outros. O segundo pacote (PT2) trabalha na co-criação de metodologias inovadoras, alternativas às ocidentais, em diálogo direto com as comunidades. Este pacote de trabalho inclui uma fase de imersão cultural de 30 dias, nas sete comunidades amazônicas já citadas. O terceiro pacote (PT3) é voltado para a cartografia e mobilização de conhecimento, traduzindo o saber indígena em políticas de mitigação e adaptação climática, utilizando ferramentas como o mapeamento colaborativo. Já o quarto pacote (PT4) busca aumentar a capacidade de pesquisa das comunidades indígenas por meio da criação de Comunidades Indígenas de Prática de Pesquisa (RICOP), uma plataforma colaborativa que está sendo criada pelo projeto, e que prevê a ação entre líderes indígenas, acadêmicos e formuladores de políticas públicas.

Esse processo colaborativo, estruturado nos quatro pacotes de trabalho, oferece um modelo inovador de enfrentamento da crise climática e na criação de políticas e governanças para esse enfrentamento, centrado nas necessidades e conhecimentos das comunidades indígenas da Amazônia. Ao longo do projeto, a integração do conhecimento tradicional indígena às práticas científicas ocidentais visa desafiar e transformar as abordagens convencionais de pesquisa e governança climática, reforçando a liderança indígena na tomada de decisões ambientais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No campo das políticas públicas, o projeto apontou que a legislação existente, como a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas (BRASIL, 2009a) e o Fundo Nacional sobre Mudanças Climáticas (BRASIL, 2012a), ainda não reconhece

plenamente o papel fundamental do conhecimento indígena na mitigação das mudanças climáticas. Por meio da análise das políticas públicas brasileiras, o projeto identificou a necessidade de uma nova abordagem política que inclua as ontologias indígenas na formulação de políticas ambientais e climáticas, em todo o território nacional, e não apenas nas terras indígenas demarcadas, como propõe a Política Nacional de Gestão Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) de 2012 (BRASIL, 2012b). As entrevistas que completam a análise das políticas públicas serão realizadas em Brasília em novembro, com indígenas, indigenistas, políticos e outros profissionais ligados à causa indígena e/ou a causa climática, e devem reforçar a importância de integrar o saber tradicional nas discussões sobre justiça climática e desenvolvimento sustentável.

Espera-se que a coprodução de conhecimento com as comunidades indígenas, principalmente a partir da imersão dos pesquisadores no cotidiano das sete comunidades amazônicas, revele prioridades locais relacionadas às mudanças climáticas, mas também saberes ontológicos necessários para que nos readaptemos à crise ambiental em por vir. Questões como a contaminação da água, a saúde de idosos e crianças, e os direitos de posse de terra deverão ser centrais para as estratégias de adaptação e mitigação, reforçando a importância do conhecimento local no enfrentamento das mudanças ambientais. Além disso, o projeto também prevê o surgimento de temas relacionados a gênero e empoderamento feminino, dado que as mulheres indígenas estão no centro das discussões sobre patriarcado, menstruação, saúde materna e direitos reprodutivos. Inclusive, umas das comunidades que será visitada, a Aldeia Arco Iris, no Rio Jordão (AC), é uma comunidade feminina. As metodologias inclusivas de gênero, desenvolvidas durante as atividades de campo, deverão promover maior equidade nas discussões climáticas e desafiar as estruturas tradicionais de poder.

4. CONCLUSÕES

Embora as atividades de pesquisa do projeto Sabedoria Indígena Amazônica: Moldando Soluções Climáticas no Brasil ainda não tenham sido concluídas, já se reafirma a importância de aprendermos com os saberes tradicionais indígenas, especialmente no que se refere ao modo de ser e habitar a terra. O processo de coprodução de metodologias e soluções climáticas têm o potencial de romper com abordagens exclusivamente ocidentais, validando diferentes formas de vida e conhecimento. A pesquisa propõe políticas climáticas mais inclusivas e eficazes, que respeitem os valores e práticas ancestrais das comunidades amazônicas, ressaltando a necessidade de integrar esses saberes na governança climática.

Apesar de ainda haver muito a ser descoberto, as expectativas estão voltadas para o desenvolvimento de soluções enraizadas no conhecimento tradicional, que priorizem a sustentabilidade e o equilíbrio com a natureza. Além disso, pretende-se produzir um documentário e um minidocumentário que comunicarão as visões de mundo Indígenas sobre os desafios ambientais no Bioma Amazônia para o público nacional e internacional. Além do documentário, o projeto prevê a publicação de duas revistas acadêmicas e um livro e a realização de uma

exposição, no Museu Nacional em Brasília, que acontecerá em dezembro de 2025.

A disseminação dos resultados em eventos internacionais, como a COP 30, que ocorrerá em Belém em 2025, também será uma oportunidade crucial para ampliar a visibilidade do conhecimento indígena no cenário global, promovendo um diálogo intercultural que valorize as diversas formas de vida e de habitar a Terra.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Política Nacional sobre MuBRASIL. Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. **Relatório da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas**. Brasília: Senado Federal, 2008.

BRASIL. **Política Nacional sobre Mudanças Climáticas**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009a.

BRASIL. **Fundo Nacional sobre Mudanças Climáticas**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009b.

BRASIL. **Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012a.

BRASIL. **Fundo Nacional sobre Mudanças Climáticas**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012b.

FORUM INTERNACIONAL DE POVOS INDÍGENAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Relatório do COP-14**. Katowice: 2023.

HOORN, C. S. A. **The role of Indigenous Knowledge in Climate Change Adaptation**. Revista Brasileira de Política Climática, 2023.

INESC. **Relatório sobre o Programa Floresta + Carbono**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2020.

ONU. **Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas. Relatório sobre Justiça Climática**. Nova York: 2023.

PARSONS, T.; FISHER, J.; NALAU, J. **Indigenous Knowledge and Climate Change: Integration and Adaptation**. Global Environmental Change, v. 36, p. 128-136, 2016.